

Golpe na credibilidade do Brasil

Cúpula do FMI acredita que o País precisa pegar logo a parcela dos US\$ 41,5 bilhões para espantar a possibilidade de uma crise

Washington — A rejeição pelo Congresso da medida provisória que criava a contribuição previdenciária para os inativos do setor público e aumentava a dos servidores da ativa minou mais uma vez a credibilidade do Brasil junto à comunidade financeira internacional, no momento em que o País começava a reconquistá-la. Analistas e operadores do mercado disseram que o dano não é irreparável, mas acrescentaram que terá um custo, evidenciado pela forte queda da bolsa de São Paulo ontem e pelas repercussões negativas que a decisão do Congresso provocou no mercado de capitais.

O fato de a derrota do governo no Congresso ter acontecido apenas algumas horas depois de a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) ter aprovado o Programa de Estabilização Fiscal apresentado pelo Brasil realimentou o ceticismo quanto à capacidade política do governo e do País de honrar o compromisso de ajustar as contas públicas que assumiu perante quatro organizações internacionais e 20 governos, em troca de um crédito de US\$ 41,5 bilhões.

A ação dos parlamentares contra o programa de ajuste causou desapontamento e apreensão no governo norte-americano e no FMI. O Fundo garantiu, no entanto, que não fez nenhuma mudança no cronograma de desembolsos ao

Brasil em função desta derrota.

“O dinheiro da primeira parcela já está disponível e cabe ao governo brasileiro a decisão de quando e quanto utilizar”, disse uma fonte da instituição. A primeira parcela soma algo em torno de US\$ 9,3 bilhões (US\$ 5,3 bilhões do FMI e US\$ 4 bilhões do Banco de Compensações Internacionais — BIS na Suíça).

A aposta permanece. E a rápida resposta do governo para identificar medidas alternativas para produzir o resultado fiscal previsto pela MP rejeitada preservou a confiança dos interlocutores do Brasil em Washington na determinação do Brasil de seguir adiante com o programa de ajuste fiscal.

Mas o tempo que o mercado esperará antes de pagar para ver provavelmente encurtou e as condições do jogo, para o Brasil, certamente, ficaram mais difíceis. Durante a reunião da diretoria do FMI, que terminou antes da votação da MP em Brasília, vários diretores falaram sobre a importância de o Brasil fazer uso de uma parte substancial do primeiro desembolso disponível para mostrar que o dinheiro é real, evitando, ao mesmo tempo, passar a sensação de que o País está próximo de uma crise.

“A questão fundamental é se o processo político doméstico requererá uma crise para valer para fazer os legisladores acordarem ou se será possível tomar medidas prudentes para evitar a crise”, disse William Cline, vice-diretor gerente do Institute of International Finance (IIF), que representa os interesses de grandes bancos comerciais e investidores institucionais.

PARCELAS

Se produzir os resultados fiscais que acertou com o FMI, o Brasil terá acesso a US\$ 37 bilhões dos US\$ 41,5 bilhões do crédito até dezembro de 1999. “A segunda parcela, que é igual à primeira e estará disponível em fevereiro, pode ser antecipada para este mês, se o programa estiver sendo cumprido”, disse Cline. “Se começarem as dificuldades na execução, meu palpite é que na primeira revisão do programa o FMI alongaria o cronograma dos desembolsos.” Uma modificação como essa subtrairia o caráter inovador e preventivo do programa brasileiro e o equipararia aos programas tradicionais do Fundo, advertiu Cline.

Na quarta-feira, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente

Wanderlei Pozzembom 8-6-98



Piva (D), com Gustavo Franco: Comissão de Assuntos Econômicos terá de aprovar o acordo firmado com o FMI

ACORDO COM O



O SOCORRO

EMPRÉSTIMOS

	Em US\$ bilhões
FMI	18,1
Bird	4,5
Bid	4,5
BIS	14,5
Total	US\$ 41,6 bilhões

DESEMBOLSO DO FMI

	Em US\$ (bilhões)
Dezembro de 1998	5,3
Fevereiro de 1999	4,5
Maio de 1999	1,8
Agosto de 1999	1,8
Reserva (*)	4,7
Total	18,1

(*) Essa quantia será dividida em parcelas trimestrais de US\$ 755 milhões que poderão ser transferidas a partir de fevereiro do ano que vem, condicionadas ao cumprimento das metas do acordo